

IDENTIDADE E DIFERENÇA:

A TRAJETÓRIA DAS MULHERES
NO PARTIDO DOS TRABALHADORES

João Marcelo Pereira dos Santos¹

*“As mulheres têm uma história dentro do partido,
uma história que precisa ser recuperada e divulgada.”²*

O Partido dos Trabalhadores nasceu de um tenso encontro de diferentes tradições políticas agrupadas pelo desejo de superar, pela via do socialismo democrático, o autoritarismo das instituições e os mecanismos de dominação econômica, social e cultural existentes na sociedade brasileira. No entanto, a ação de um conjunto de militantes explicitou uma contradição bastante constrangedora: o partido, em suas relações internas e na forma como se auto-organizava, colecionava fortes indícios de exclusão das mulheres, reproduzindo, em seu interior, práticas discriminatórias. Desde logo, ficou evidente para uma par-

cela de mulheres identificadas com o PT que não bastava figurar no Programa de Fundação do partido “que as discriminações não são questões secundárias, como não é secundário o problema da mulher trabalhadora segregada na fábrica, no campo e, não raro também, no lar”. Tampouco a promessa de que o PT “lutaria pela superação destes problemas com o mesmo empenho com que luta contra qualquer forma de opressão”³; era incontornável o desenvolvimento de uma cultura de reconhecimento das diferenças, que afirmasse o Partido dos Trabalhadores como uma instituição capaz de absorver, em seu cotidiano, atitudes verdadeiramente emancipatórias.

Ao contrário dos militantes petistas que contavam com um modelo de partido ajustado ao seu modo de ser, as petistas assumiram a tarefa de flexioná-lo para o exercício de práticas igualitárias, questionando um modelo de participação que as concebia como “força auxiliar” e as integrava no espaço partidário realizando o mesmo papel que a sociedade lhes reservava no âmbito do privado. Ao se pesquisar a trajetória do Partido dos Trabalhadores, notamos que a construção da identidade das mulheres não foi um processo espontâneo nem destituído de contradições. Resgataremos essa experiência, na tentativa de compreender as ações coletivas e as formulações conceituais que embasaram a luta de uma parcela das militantes petistas, focando sobretudo as duas primeiras décadas de construção do partido.

Entre a especificidade do feminino e a universalidade da luta de classe

Uma entre tantas características dos novos movimentos sociais que entraram em cena na segunda metade da década de 1970 foi o questionamento de práticas que procuravam naturalizar as relações hierarquizadas entre homens e mulheres. As lutas por creches e a disseminação de Clubes de Mães, a publicização de temáticas específicas das mulheres proporcionada pelo Ano Internacional da Mulher⁴, o próprio engajamento na resistência à ditadura militar, a luta contra a carestia e o movimento pela anistia adubaram o terreno para o surgimento de inúmeras organizações de mulheres no decorrer dos anos 1980⁵. Nos sindicatos, as mulheres incluíram, na pauta de reivindicações, questões relacionadas com gestação, amamentação, creche, condição de trabalho e igualdade de salário⁶. Nesse mesmo período, emergiram, na imprensa alternativa, várias lideranças feministas dispostas a ampliar a visibilidade e aguçar no interior da esquerda uma nova sensibilidade às questões das mulheres⁷. Nos primeiros anos da década de 1980 realizaram-se encontros, em diferentes regiões do país, com a perspectiva de aglutinar as diferentes organizações de mulheres⁸. Os movimentos de

mulheres das décadas de 1970 e 1980, formados por lideranças das classes populares e médias, “não para pôr em xeque a condição de opressão da mulher, mas para, a partir da própria condição de dona de casa, esposa e mãe, intervir no mundo público”, conviveram de forma tensa e produtiva com feministas oriundas de movimentos tipicamente feministas. Segundo Célia Pinto, essa convivência é uma peculiaridade da luta das mulheres e do feminismo no Brasil⁹.

Com esses rápidos registros pretendemos apenas sublinhar que as militantes, ao se engajarem na construção do Partido dos Trabalhadores, trouxeram na bagagem uma consistente experiência de luta em torno de suas especificidades. Essa identidade preexistente e em formação foi vital para alavancar espaços próprios no interior do partido. Por outro lado, o enfrentamento de práticas discriminatórias, no cotidiano dos movimentos sociais, facultou às mulheres petistas uma clareza sobre a necessidade de se promover uma espécie de *educação feminista*, pela contraposição sistemática de manifestações sexistas que se davam no dia a dia da construção partidária.

Dois anos após a fundação do Partido dos Trabalhadores, ocorreu um evento intitulado 1º Encontro Nacional do PT Sobre o Movimento de Mulheres¹⁰. A pauta de debates desse encontro expressa uma série de incertezas que pairava sobre a militância das mulheres. Questionavam-se sobre a pertinência de se problematizar a opressão de sexo em um contexto de acirramento dos conflitos de classes (greves) e de forte mobilização social em torno de questões da agenda nacional (democratização, Diretas Já etc.). Indagavam-se se a introdução de questões específicas (direitos das mulheres), no seio de um partido com pretensões revolucionárias em uma conjuntura tão especial, não significaria uma abordagem burguesa das relações entre homens e mulheres. Perguntavam-se sobre o embasamento conceitual para criar, no partido, espaços que canalizassem suas demandas e sobre as formas de organização das mulheres no interior de um partido político de esquerda. Existiam dúvidas se o feminismo seria realmente alavancado no interior do partido e dos movimentos sociais ou seria impulsionado por movimentos autônomos de mulheres. Essas inquietações aqueceram os debates, dividiram opiniões, mas não deixaram de produzir orientações que se mostraram essenciais para dinamizar a atuação das mulheres no interior do PT¹¹.

Os registros dos debates do 1º Encontro demonstram que boa parte das militantes petistas tinha noção dos obstáculos apresentados pelo partido para absorver a organização e a especificidade feminina:

Nota-se que muitos companheiros e companheiras ainda não entendem a importância da organização própria das mulheres e o que é a especificidade femi-

nina. Isso se refletiu no próprio encontro, onde se sentiu fortemente o descaso da grande maioria dos Diretórios Regionais em relação à questão.¹²

Daí a determinação para assegurar a igualdade de participação e introduzir uma plataforma feminista no programa partidário.

Desde os primeiros debates coletivos que se deram nas instâncias do partido, as militantes evidenciaram a preocupação em compor um tipo de identidade articulada com a formulação do projeto partidário. Na ótica das participantes do 1º Encontro, o projeto utópico do partido tinha de considerar o combate ao machismo durante a sua construção. Argumentavam que a busca de diferenciação e o fortalecimento de identidades qualificavam o projeto partidário, portanto, não havia incongruências entre a luta geral (dominação de classe) e a luta específica (opressão de sexo). Consideravam que a “luta contra a opressão das mulheres é parte da luta geral do partido por uma sociedade mais justa, uma sociedade socialista”¹³.

Por outro lado, as críticas dirigidas às experiências concretas de socialismo favoreciam o estabelecimento de vínculos entre socialismo e feminismo:

Algumas entidades desenvolvem uma política equivocada, colocando o feminismo em segundo plano, ou seja, achando prioritária a construção do socialismo e que depois por si só essa questão da opressão se resolve. Quando podemos observar historicamente que países como a União Soviética, Cuba, Albânia e outros já fizeram a sua revolução e, no entanto, o machismo continua vigente.¹⁴

A conquista de relações igualitárias não devia aguardar o alvorecer da revolução, mas acontecer simultaneamente no dia a dia das relações entre homens e mulheres. Portanto, na ótica de boa parcela das petistas que participaram desse encontro, não havia contradições nem justaposições entre emancipação de classe e de sexo.

Ao conectar as suas especificidades com a perspectiva socialista, fica evidente a intenção de localizar a problemática das relações entre homens e mulheres no “território sagrado” da utopia partidária: o socialismo. Nessa perspectiva, a pauta das mulheres deixava de ser considerada secundária para conferir autenticidade ao objetivo mais estratégico do partido. O refrão era: “sem feminismo não há socialismo”, asseverando que a negação da relação de complementaridade entre feminismo e socialismo condenaria o Partido dos Trabalhadores a reproduzir experiências revolucionárias avaliadas como pouco exemplares no tocante à emancipação das mulheres.

Nesse encontro também se decidiu generalizar a organização de comissões e coletivos de mulheres em todos os âmbitos do partido. No início, essas formas de organização interna foram idealizadas como espaços de assessoria, com o intuito de introduzir no programa do partido “o outro olhar” e instrumentalizar as lideranças para atuar no movimento de mulheres. Ao se colocarem como órgãos de auxílio e de aglutinação de ações que se projetavam para fora do partido (movimentos sociais em geral e o movimento de mulheres em particular), as mulheres criaram um ambiente de menor resistência para ensaiar as suas próprias formas de organização. Em pouco tempo, houve uma disseminação de comissões e coletivos de mulheres no interior da estrutura partidária¹⁵. A criação dessas comissões e coletivos, muitas vezes convivendo à margem da estrutura oficial do partido, foi um investimento fundamental para capilarizar as lutas das militantes petistas.

Transcorridos seis anos, retomou-se a rotina de encontros anuais. Evidentemente que esse intervalo não implicou em uma retração da atuação das petistas no partido e fora dele. Além do empenho na consolidação de formas descentralizadas de organização, nos diferentes âmbitos da estrutura partidária (municipal, estadual e nacional), as militantes focaram suas ações junto aos movimentos sociais, elaborando propostas específicas e iniciativas políticas que desaguarão na Assembleia Nacional Constituinte¹⁶. Nos debates da Constituinte, o aborto gerou grandes polêmicas no interior do Partido dos Trabalhadores. Defendido por um amplo segmento de militantes (homens e mulheres), sofreu severas restrições de setores vinculados à tradição católica¹⁷. Cabe observar também que a defesa do aborto, nos termos propostos por parcela significativa das mulheres do partido, aos olhos de muitos era avaliada como uma possibilidade de fracasso eleitoral, algo temeroso para um partido que se preparava para obter melhores desempenhos em campanhas políticas.

Durante os anos 1980 as petistas seguiram o padrão de atuação do conjunto dos militantes de um partido que ainda não tinha assumido compromissos com a gestão política do Estado e no qual a ação parlamentar e institucional eram diminutas. Além disso, nesse momento, a construção dos movimentos sociais e do próprio partido não eram tarefas excludentes. Concebia-se o partido até mesmo como “espaço de síntese”, que se justificava pela necessidade de qualificar e tornar mais eficaz a atuação externa de seus militantes. Nessa primeira fase de organização das mulheres no interior do Partido dos Trabalhadores era comum a interpenetração de lideranças e de espaços, em que as fronteiras entre os diversos movimentos sociais e o partido não eram tão separadas e rígidas.

Revitalizado pelo processo constitucional e pelo notório avanço dos movimentos de mulheres no Brasil, convocou-se o 2º Encontro Nacional de

Militantes Petistas do Movimento de Mulheres, com uma pauta que recolocava uma série de questões candentes nos debates das petistas: feminismo e socialismo, dominação de classe *versus* opressão de sexo, patriarcado, divisão sexual do trabalho etc. Todavia, priorizou-se a reflexão em torno dos obstáculos que deviam ser removidos para que o partido instituisse relações igualitárias, a saber, a exclusão dos cargos de direção e das instâncias do partido, a sub-representação das mulheres nas chapas proporcionais para o legislativo e a negação de instâncias internas de representação das militantes petistas.

Apesar do reconhecimento por parte das petistas de que “o PT era mais flexível, mais moderno e deixava espaço para a gente”¹⁸, o ambiente partidário era visto como adverso à participação das mulheres. Para transformá-lo, era necessário introduzir novas atitudes e remodelar as relações internas. Em uma anotação anônima do 2º Encontro, lemos: “não basta incorporar em seu programa, o PT precisa banir de sua prática qualquer tipo de preconceito, opressão e discriminação”. Outro manuscrito expressa a impaciência com o machismo petista:

Queremos construir uma sociedade justa [...] e nela não há espaço para o machismo, nem tampouco para aqueles que dizem compreender a questão política da mulher e na prática são inveterados machões, botam banca de revolucionários, atuando nos sindicatos, nos partidos [PT] e outros movimentos, e o pior de tudo é que com pele de cordeiro enganam muita gente.¹⁹

Municiadas de argumentos teóricos e de constatações difíceis de serem refutadas, as petistas denunciaram contundentemente a existência de uma hegemonia masculina no interior do partido, que se refletia na hierarquização das relações de poder. Todavia, desejavam um tipo de participação que não anulasse as suas especificidades. Uma das participantes do 2º Encontro de Mulheres do PT comentou que “não precisamos ter voz grossa para sermos ouvidas”. O preço da participação das mulheres nos espaços de poder do partido não podia ser a masculinização. Afirmavam também que a mulher, para participar do partido, não devia ser coagida a renunciar ao seu modo de ser. No entanto, naquele momento, a ênfase discursiva priorizou a defesa de igualdade de condições nas instâncias partidárias. A formulação coletiva do “direito à diferença” só adquiriu peso nos anos 1990.

No 2º Encontro de Mulheres do PT, duas questões dividiram opiniões²⁰. Certo número de petistas sustentou que o reconhecimento da condição da mulher pelo conjunto do partido passava pela institucionalização de uma Secretaria Nacional de Mulheres, integrada à estrutura organizativa, com poderes e condições de atuação. Esse grupo pleiteava maior poder de decisão e

criticava a visão das comissões e coletivos como “território das especialistas”. Outro grupo defendia que era necessário preservar as comissões e os coletivos de mulheres existentes nos diferentes âmbitos do partido. Esse grupo desejava salvaguardar as formas de organização horizontalizadas e descentralizadas, em que a rotatividade e o não monopólio da palavra eram intrínsecos às organizações feministas. Esse modelo de organização, baseado na cultura feminista, era uma forma de contraposição à verticalidade da representação de poder de tipo masculino. Para esse segundo grupo, o foco na criação de secretarias se revelava um equívoco de estratégia. Argumentava também que a institucionalização de estruturas continha o risco da “guetização”, uma vez que circunscreveria as ações das mulheres em um campo separado das relações de poder. Para as petistas que colocavam a Secretaria Nacional como algo secundário, a emancipação das mulheres devia ocorrer em “todas as frentes 24 horas por dia” e alertavam para o perigo da sedução dos modelos organizativos baseados nos valores masculinos.

A segunda polêmica se deu em torno da participação nos Conselhos da Condição da Mulher. Argumentava-se que os conselhos representavam uma resposta do Estado diante do avanço dos movimentos populares, com o objetivo de cooptação de lideranças e manipulação das reivindicações. Para algumas petistas, os conselhos da Condição da Mulher nada mais eram do que uma invenção dos governos do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) para atender as demandas de forma assistencialista e despolitizada. Na visão de uma petista, a “atuação deve ser no sentido de denunciar seu caráter de órgão do aparelho do Estado vinculado à política das classes dominantes”. Ao perceber os conselhos como uma política da classe dominante, a inserção nesses espaços, inevitavelmente, resultaria em atrelamento do movimento autônomo ao “Estado burguês”. Essa concepção de Estado e posição contrária aos conselhos foi problematizada por uma minoria²¹, que por meio de exemplos antevia a inevitabilidade da democratização da gestão dos espaços estatais e da invenção de novas políticas públicas:

[...] no Paraná existem 12 conselhos municipais da condição feminista, além do Conselho Estadual da Condição Feminina do Paraná, 5 Delegacias da Mulher [...]. É preciso reconhecer que houve aumento de espaço no nível governamental e nós do PT precisamos analisar e propor uma atuação organizada nessas instâncias.²²

O 2º Encontro de Mulheres do PT contou com a participação de um grupo de trabalhadoras rurais e mulheres negras²³. A presença das trabalhadoras rurais realçou a dificuldade de integração desse segmento nos fóruns de

mulheres do PT. Essas mulheres traziam diferenciações culturais decorrentes das formas de relação com o trabalho na agricultura e com as peculiaridades do “machismo no campo”²⁴. As mulheres negras, por sua vez, também reivindicaram espaços próprios no interior dos fóruns de mulheres do partido. Em que pese a boa acolhida conceitual, as reivindicações das trabalhadoras rurais e das mulheres negras foram desviadas e remetidas para outros espaços do partido. A “diferença dentro da diferença”, explicitada pela presença desses dois segmentos no seio de um campo mais amplo de identidade partidária, foi canalizada para outros espaços e oportunidades²⁵. Por isso, pode-se concluir que a dimensão urbana e a inserção em um mercado de trabalho organizado, bem como o esforço de se produzir uma identificação de interesses mais universais, formaram o perfil da identidade das mulheres que atuaram de maneira organizada no interior do Partido dos Trabalhadores, nos seus primeiros dez anos de existência.

A travessia para os anos 1990: “desigualdade não rima com democracia”

O 2º Encontro de Mulheres do PT realizou-se em um ambiente de eleições municipais e nacional. Apesar da conjuntura eleitoral não se ter constituído em tema prioritário na pauta desse encontro, algumas mulheres atentas às mudanças políticas que preparavam a travessia para os anos 1990 introduziram a preocupação com o desempenho eleitoral das candidatas petistas e com a abordagem feminista dos programas de governo, por meio da formulação de “metas de governo que favoreçam o estabelecimento de relações de igualdade entre homens e mulheres”. Isso ficou bastante evidente na cartilha elaborada pelas petistas do Rio de Janeiro, intitulada “Alerta feminista para as eleições municipais”. Em um dos seus trechos se lê:

Reivindicamos participar da formulação das políticas públicas do município em que vivemos como cidadãs ativas e integrantes desse processo. [...], as mulheres almejam uma nova política e administração municipal que corrija as distorções do sistema atual, isto é, que as mulheres não sejam excluídas do poder decisório.²⁶

Além disso, para dentro do partido, as lideranças abriram espaços para influir na definição programática, participando dos grupos de trabalho e das coordenações de campanha das disputas eleitorais de 1988 e 1989.

Em 1991, quando as petistas realizaram o seu 3º Encontro Nacional²⁷, a conjuntura do país era diferente da do início da década de 1980. O Parti-

do dos Trabalhadores, com apenas 11 anos de existência, estava vivenciando uma considerável projeção eleitoral, a base parlamentar havia se ampliado e as candidaturas da Frente Popular, lideradas pelo Partido dos Trabalhadores, passaram a gerir médios e grandes municípios: Diadema, Piracicaba, Porto Alegre, Santo André, Santos, São Paulo etc.

As políticas municipais da primeira geração de Administrações Populares trazem a marca da inclusão das mulheres por meio de políticas públicas inovadoras²⁸. No campo parlamentar, a atuação de algumas feministas oriundas dos quadros partidários, além de amplificar a denúncia contra a exploração das mulheres, pautou a necessidade de políticas públicas e de uma legislação específica de proteção aos direitos das mulheres.

O balanço realizado no 3º Encontro de Mulheres do PT sobre a inserção das mulheres na construção do PT enfatizou os avanços obtidos:

A organização das mulheres no partido foi importante para o avanço das discussões de gênero. [...] Contribuíram para que outras mulheres tivessem contato com o feminismo. [...] Foi importante para elaboração de políticas públicas em relação às mulheres. [Contribuiu com a] elaboração de plataformas eleitorais para os governos municipais, estaduais e para a Presidência da República.²⁹

Por outro lado, as críticas sobre as relações discriminatórias e machistas foram mantidas:

[...] apesar de o PT ter um projeto contra todo o tipo de discriminação, na prática constata-se que a maioria dos homens reproduz o machismo e não tem uma atitude de solidariedade em relação às questões específicas da mulher, que, na maioria das vezes, são determinantes para o afastamento da mulher da vida política do partido.³⁰

Em vista disso, concluíram que era chegada a hora de o partido adotar políticas afirmativas que criassem as reais condições para participação das mulheres. Afirmava-se que a abstração discursiva do partido, no tocante às relações entre homens e mulheres, tinha de se traduzir em ações concretas. A mobilização das militantes colocou o partido na obrigação de decidir entre a aceitação da participação das mulheres em condição de subordinação ou a instituição em sua estrutura de mecanismos de inclusão.

Internamente, o partido também se preparava para realizar o seu I Congresso Nacional. Para as militantes, essa era uma oportunidade para fortalecer o debate do poder das mulheres no partido. Nos preparativos do I Congresso do PT, predominava o debate em torno das concepções de socia-

lismo e de democracia³¹. As petistas, mais uma vez, souberam articular a sua pauta com as discussões preparatórias do I Congresso do PT, particularmente no tocante ao conceito de democracia. Elas observavam que a renovação na concepção de democracia promovida pelo partido não rimava com a manutenção das desigualdades sexuais. A frase de mobilização daquele momento foi “a desigualdade de sexo não rima com a democracia”.

Aproveitando o calendário partidário (Encontros Estaduais e Congresso Nacional) e rimando democracia e feminismo, as petistas forjaram uma opinião favorável à adoção de políticas afirmativas, com prioridade para resolução de cota mínima de 30% nas direções do partido³². A cota mínima de 30%, como mecanismo transitório para criar condições mais favoráveis de acesso ao poder partidário, foi aprovada no I Congresso do PT, mas não por unanimidade. Uma parcela importante do partido se posicionou contra:

Para a presidenta do Sindicato dos Professores de Osasco, Maria José Favarão, o PT deve ter propostas para trabalhadores sem diferenciar sexo. “Ter 30% de mulheres no comando não vai mudar nossas decisões. Se dividirmos o PT, que porcentagem terão os negros, os deficientes ou os homossexuais?” A vereadora Julieta Lui, vereadora de São Carlos, considera a proposta paternalista.³³

Em resumo, argumentava-se que a norma estabeleceria um contexto de desigualdade e um privilégio desnecessário que poderiam levar a uma desqualificação da representação partidária. Em alguns encontros estaduais preparatórios do I Congresso, entre eles o de São Paulo, em que a participação das mulheres era bastante expressiva, a resolução de cotas foi rejeitada. Note-se que a política afirmativa não se restringia à cota mínima de 30% nas direções. Na verdade, a cota mínima foi apresentada como um item de uma pauta que incluía o desenvolvimento de atividades de formação específicas para as mulheres; a introdução de temas relacionados com as mulheres no currículo da formação do partido; a garantia de creches nos eventos partidários; o combate à linguagem discriminatória existente nos veículos de divulgação do partido; a garantia da participação das mulheres em comissões de trabalho, coordenação de eventos, conselhos editoriais de jornais e revistas. Assim, em todos os lugares em que se construía e se dava visibilidade à política partidária, deviam-se assegurar as condições para integração das mulheres.

O êxito da intervenção das mulheres no I Congresso se traduziu nas resoluções aprovadas. O PT se comprometeu a fortalecer o movimento de mulheres “que seja capaz de articular o íntimo, o subjetivo, com a concepção de sociedade sem explorados e oprimidos”; a reformular os seus veículos de co-

municação com o “objetivo de ampliar a assimilação do feminismo pelo PT e ampliar a nossa atuação na luta contra a opressão das mulheres” e a implantar uma política de formação interna capaz de construir “condições de igualdade entre os militantes”³⁴.

Agora é lei. Cumpra-se!

A aprovação das cotas prometia alterar a geografia do poder interno do partido. Colocadas em condições equivalentes, as petistas passariam a ocupar com maior peso os espaços de decisão. Portanto, a “aplicação da lei” não se deu de forma instantânea; as resistências à política de cotas se levantaram, demandando um árduo trabalho em todos os âmbitos do partido no sentido de assegurar o cumprimento das resoluções.

Por outro lado, a adoção de políticas afirmativas, além de exigir uma maior sofisticação na identificação das sutilezas da dominação de sexo, introduziu uma reformulação no discurso da igualdade. A defesa da preservação da diferença e a afirmação da cultura feminina passaram a ser mais sublinhadas. Para as petistas, a violência praticada contra a mulher se manifestava de diferentes formas, existem “as violências psíquicas sofridas nos espaços públicos e privados, mais sutis, nem sempre perceptíveis, não encaradas como violência, se instalam no campo do simbólico que acabam atingindo e depreciando a mulher, criando obstáculos para sua realização”³⁵. No interior do partido e dos movimentos sociais, o padrão da boa ação política é baseado nos valores masculinos: força, certeza, firmeza, impositação da voz, equilíbrio, controle das emoções, objetividade, razão etc. Para serem incluídas e avaliadas como “boas militantes”, as mulheres tinham de se revestir dos atributos erroneamente considerados naturais aos homens.

A documentação consultada revela que, a partir da segunda metade da década de 1990, houve uma valorização do discurso da diferença, sugerindo uma tentativa de mudança de conteúdo e de forma na política partidária. As palavras de ordem “Diferença sim, desigualdade não” marcam essa nova perspectiva. A subjetividade feminina, que se manifestava na forma como as mulheres se colocavam no universo público do partido, precisava ser compreendida e acolhida. As petistas demandaram não apenas condições para assegurar igualdade de participação nas instâncias de poder, mas um tipo de participação que preservasse a sua integralidade. Dessa forma, o próprio exercício do poder devia ser modificado com a presença das mulheres. A certa altura, a presença das mulheres na vida pública partidária inclinou o PT para uma reflexão sobre os seus próprios espaços de poder e a forma como concebia a construção da hegemonia.

Estado e políticas públicas

Na década de 1990 as petistas inclinaram-se para as políticas públicas implementadas pelas administrações populares. Porém, antes de tematizar essa inclinação, é preciso retomar o debate sobre a participação da militância petista nos Conselhos da Condição da Mulher.

A liberdade partidária e as eleições diretas para governos estaduais, em 1982, criaram um clima favorável, no interior dos partidos e na montagem dos programas de governo, para o debate em torno de políticas públicas focadas no atendimento de demandas específicas das mulheres. Para impulsionar certos programas, sobretudo nas áreas da saúde e da assistência às mulheres vítimas de violência doméstica, os governos do PMDB, notadamente os dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná, instituíram os Conselhos da Condição da Mulher. A experiência desses primeiros conselhos logo se tornou referência, inclusive para a criação, em 1985, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, na época vinculado ao Ministério da Justiça. Nos cálculos de Vera Soares, “até o final de 1988 existiam oito conselhos estaduais, 26 municipais e uma Secretaria da Condição Feminina”³⁶. Liderados por militantes feministas, esses conselhos se constituíram em “organismos interfaciais entre a sociedade e o Estado”.

O reconhecimento de demandas específicas, a institucionalização de políticas públicas e a introdução de mecanismos democráticos para exercer o controle social acirraram o debate entre as petistas sobre o grau de envolvimento com esses conselhos. Desde o 1º Encontro, até meados e final da década de 1990, esse tema ocupou persistentemente a agenda das militantes petistas. Nos textos utilizados como subsídio aos Encontros, os Conselhos da Condição da Mulher foram severamente condenados. Nos fóruns de petistas, quando colocados em apreciação, prevaleceu a negação da participação. Julgavam que esses órgãos eram destituídos de poder e inferiorizados pelos governantes, por isso incapazes de efetivar suas políticas. Em contraposição, as petistas formularam um projeto de Secretaria Especial da Mulher a ser implementado pelos governos da Frente Popular. O projeto concebia a Secretaria Especial da Mulher como uma instância a ser instituída em âmbito municipal, estadual e federal, com *status* definido, orçamento próprio e vinculada diretamente ao gabinete do titular do executivo.

Essas decisões dos fóruns de mulheres petistas não foram, porém, suficientes para conter a crescente inserção de algumas petistas nos Conselhos (Condição da Mulher, Saúde, Educação etc.), interagindo no sentido de democratizá-los e viabilizá-los como canais de expressão das demandas das mulheres. Mesmo considerando que a emancipação das mulheres passava pela luta

por direitos e por políticas públicas, portanto pelo reconhecimento do Estado, transparece, em certas posições, o receio de lidar com o “Estado burguês gerido por forças políticas contrárias”; era como se apenas o PT fosse capaz de instituir políticas públicas específicas e garantir-lhes uma gestão participativa. Contudo, a dinâmica da política nos anos 1990 não mais permitia esse exclusivismo. Os novos movimentos sociais já tinham elegido o processo de democratização do Estado como uma tarefa estratégica; por outro lado, cada vez mais petistas se engajavam espontaneamente na democratização dos diferentes conselhos de políticas públicas.

Vimos anteriormente que o Partido dos Trabalhadores adentrou a década de 1990 gerindo prefeituras de médio e grande portes. Agora, era possível avaliar no concreto a consistência e a viabilidade das próprias políticas defendidas pelo partido. As indagações realizadas no 3º Encontro de Mulheres do PT foram nessa perspectiva. As petistas se perguntaram se as Administrações Populares estavam instituindo órgãos específicos para tratar de políticas públicas dirigidas às mulheres. Qual a diferença do PT em relação a outras administrações no tocante às políticas de gênero?

A ênfase na adoção de políticas públicas dirigidas às mulheres marca uma nova fase na luta das petistas. Agora, além de lutar para garantir a efetividade das políticas afirmativas no interior do partido, agregaram a qualificação das políticas públicas dirigidas às mulheres implementadas em alguns municípios administrados pelo PT.

Na década de 1990 as políticas neoliberais promoveram um violento desmonte do Estado, precarizaram as políticas sociais e agravaram o quadro de sucateamento da gestão pública. Em relação à emancipação das mulheres, algumas analistas têm demonstrado que o período neoliberal promoveu, ao mesmo tempo, a inclusão das mulheres em diferentes âmbitos do social (política, trabalho, artes, literatura etc.) e acarretou o empobrecimento, a discriminação salarial, o desemprego, a oferta de empregos com baixa exigência de qualificação profissional etc.³⁷ As abordagens críticas que as mulheres do Partido dos Trabalhadores formularam sobre a adoção de políticas neoliberais foram acompanhadas de avaliações sobre o grau de concretização de políticas públicas pelas Administrações Populares. Apesar da implantação de algumas experiências inovadoras, as lideranças se deram conta das dificuldades de lidar com os administradores do PT:

Tem sido muito difícil esse processo de sensibilização do conjunto e mesmo da própria equipe de governo, composta por petistas, que, por mais que se integrem os trabalhos, ainda existe a falta de compreensão dessa política voltada à questão da mulher e como inserí-la no contexto global da administração.³⁸

A crítica se dirigia ao “modo machista de governar”, que integrava de forma subordinada as especificidades das mulheres e realizava a gestão das políticas públicas de forma segmentada. Por meio de seminários, da produção de análises e da presença como gestoras em governos populares, as petistas passaram a exigir uma qualidade melhor nas políticas públicas onde o PT era governo.

A partir do 4º Encontro de Mulheres do PT³⁹, observa-se claramente uma evolução na abordagem, tanto em relação ao Estado como em relação às políticas sociais. Após uma série de seminários sobre as “Políticas Institucionais das Prefeituras Petistas no Combate à Discriminação das Mulheres” e “A Política de Gênero em um Governo Democrático e Popular”, promovidos em 1993 e 1994, as petistas desenvolveram uma consistente reflexão com resultados práticos na formulação de projetos implantados pelas Administrações Populares.

No 5º Encontro Nacional de Mulheres do PT⁴⁰, aprovou-se a constituição de uma representação com *status* de Secretaria Nacional de Mulheres. Depois de 15 anos, as petistas produziram um consenso em torno de sua forma de organização interna. Ao longo desse período, o movimento de mulheres, no interior do PT, foi abrigado na Secretaria Nacional de Movimentos Populares. A Secretaria Nacional das Mulheres do PT intensificou a interlocução com as experiências dos governos populares, sempre de forma crítica e com a intenção de influenciar no aperfeiçoamento das políticas adotadas.

Na área de políticas públicas dirigidas às mulheres nossa atuação sempre foi tímida, não se generalizou nas administrações e foi incapaz de se contrapor ao modelo geral desenvolvido pelo PMDB com os Conselhos da Mulher. [...] Uma política de combate à discriminação só será efetiva se considerar que se devem tratar desigualmente os desiguais. Para isto é necessário um Plano de Igualdade que estabeleça medidas de combate à desigualdade entre homens e mulheres.⁴¹

Constata-se também certa preocupação com a base parlamentar do partido, em franca expansão em todas as regiões do país. Na chamada do 6º Encontro Nacional de Mulheres Petistas⁴² lemos: “Nosso objetivo é garantir que as parlamentares petistas e as prefeituras do PT sejam pioneiras na implantação das reivindicações e proposições que correspondam às lutas das mulheres”.⁴³

A Secretaria Nacional de Mulheres do PT também se voltou para o aperfeiçoamento de suas articulações internacionais, com a participação no Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe em 1996; abriu espaços próprios de mulheres no Foro de São Paulo; apoiou o Encontro de Solidarie-

dade entre Mulheres realizado em Cuba⁴⁴. Nas edições do Fórum Social Mundial, as mulheres petistas passaram a se envolver com a Marcha Internacional das Mulheres Contra a Pobreza e a Violência.

Conclusão

No decorrer dos anos 1990, ocorreu um crescente deslocamento das lideranças para o âmbito do Estado, assumindo o papel de gestoras de políticas públicas. Por outro lado, a aproximação das petistas com movimentos mais amplos, com destaque para a Marcha Mundial das Mulheres – que vem atualizando a discussão sobre o feminismo e buscando construir uma agenda própria das mulheres –, operou mudanças no foco de constituição da identidade das petistas. Enquanto a dimensão externa do partido se expandiu enormemente nos últimos anos em direção ao Estado e às articulações internacionais, o aprimoramento das relações e dos espaços internos do partido deixou de ser prioridade. Tanto que muitos militantes, homens e mulheres, passaram a admitir que não é apenas a identidade das petistas que se encontra abalada, mas a própria identidade que originou o PT.

Com a renovação partidária, no início dos anos 1980, várias ativistas colocaram, em seu horizonte, a inserção nos partidos políticos. Tendo em vista a forte identificação com o princípio da autonomia, a participação das feministas em um partido político, mesmo sendo de esquerda, apresentou-se como algo bastante problemático. Acompanhamos o esforço empreendido pelas militantes petistas para conferir sentido à sua participação no Partido dos Trabalhadores. Por meio da criação de espaços próprios e sem renunciar à crítica, as petistas pautaram o partido e chamaram a atenção para temas incômodos. Suas ações operaram mudanças no modelo de partido que se construía. Por outro lado, o confronto com debates mais amplos, levados a termo pela agenda partidária (socialismo, democracia, relação com Estado, estratégia de transformação etc.) acabou influenciando a constituição da identidade das petistas. As mulheres do PT, ao mesmo tempo que aprimoraram o projeto partidário, agregaram à concepção feminista dimensões mais amplas do programa partidário. Isso fica evidente quando as petistas avaliam que “é fundamental vincular o feminismo a um processo global de transformação social e para isso é preciso levar em consideração a articulação das reivindicações feministas dentro de um programa democrático e socialista”⁴⁵.

Costuma-se afirmar que o PT se originou do amálgama de três matrizes: a sindical, a da igreja cristã e a dos grupos de tradição marxista. Procuramos realçar, ao longo deste texto, a marca original da agenda das mulheres na formação do PT.

RESUMO

Por meio da documentação produzida pelos Encontros Nacionais e Regionais de Mulheres do PT, busco reconstituir o percurso da organização das militantes petistas no interior do partido e os debates por elas colocados. Ao tratar da trajetória partidária dessas militantes, percebemos que suas intervenções e os pressupostos ideológicos que elaboraram foram fundamentais na formação da cultura política do PT. Assim, ao forjarem a sua identidade, as mulheres conseguiram imprimir a marca do feminismo na fisionomia do PT.

PALAVRAS-CHAVE

Feminismo; Mulheres; Partido dos Trabalhadores (PT).

ABSTRACT

Using documents from the National and Regional Meetings of the Women of the PT, I seek to trace the history and organization of female militants within the Brazilian Workers Party, based upon discussions that were held over the issues they raised. When studying the political trajectory of these militants within the party, we perceived that the interventions and ideological presumptions elaborated by these women were essential for the cultural-political formation of the Party. In other words, the forging of the women's identity in the PT, also stamped the feminist mark that characterizes the internal structure of the movement.

KEYWORDS

Feminism, Women, Workers Party (PT).

NOTAS

¹ Doutorando em história social pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), atua na formação sindical junto às Federações dos Metalúrgicos e Bancários do Rio Grande do Sul. Contato do autor: jagna@uol.com.br

² Manuscrito anônimo do 3º Encontro Nacional de Militantes Petistas do Movimento de Mulheres. Dossiê Mulheres, Subgrupo Encontros Nacionais e Setoriais. Arquivo Histórico do Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo – Centro Sérgio Buarque de Holanda.

³ PARTIDO DOS TRABALHADORES, *Resoluções de Encontros e Congressos – 1979 – 1998*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 71.

⁴ O ano de 1975 foi definido pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Ano Internacional da Mulher. Nesse mesmo ano, o Centro de Informação da ONU patrocinou a realização no Rio de Janeiro de um seminário intitulado “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”. Nesse evento foi criado o Centro de Desenvolvimento da Mulher. PINTO, Céli Regina Jardim, *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 56.

⁵ Éder Sader, ao analisar as organizações de mulheres nas décadas de 1970 e 1980, percebeu uma trajetória marcada pelo assistencialismo e certa dependência das autoridades da Igreja Católica derivando para uma crescente busca de autonomia, auto-organização, politização das lutas e formação de uma consciência de direitos. SADER, Éder, *Quando novos personagens entraram em cena*. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 197-224.

⁶ Em 1977 o sindicato dos Aeroviários promoveu o I Encontro da Mulher que Trabalha. No ano seguinte aconteceram mais dois encontros desse tipo. Um no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro e o outro, promovido pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, intitulado I Congresso da Mulher Metalúrgica de São Bernardo e Diadema, em São Paulo. PINTO, Céli Regina Jardim, *op. cit.*, p. 66.

⁷ Em 1975, editou-se o jornal *Brasil Mulher*; em 1976, *Nós Mulheres*, e, em 1981, *Mulherio*.

⁸ Em 1980 e 1981 realizam-se o II e o III Congressos da Mulher Paulista.

⁹ PINTO, Céli Regina Jardim, *op. cit.*, p. 42-43.

¹⁰ Pela cronologia, o Movimento Pró-PT foi deflagrado em maio de 1979. Em fevereiro de 1980, no Colégio Sion (São Paulo), ocorreu o ato de lançamento do PT. Em junho desse mesmo ano realizou-se a reunião nacional de fundação do PT e a aprovação do Programa e dos Estatutos. Em agosto de 1981 realizou-se o primeiro encontro do partido. O 1º Encontro Nacional do PT Sobre o Movimento de Mulheres realizou-se em São Paulo, nos dias 19 e 20 de julho de 1982. O relatório desse encontro não apresenta a relação de inscritos, de modo que pouco se sabe sobre o número de participantes, a representatividade regional e os instrumentos de mobilização utilizados para organizá-lo.

¹¹ Cabe registrar que boa parte da agenda de discussões das mulheres petistas (feminismo e socialismo, classe e sexo, particular e geral, público e privado, autonomia organizativa ou integração aos movimentos sociais e partidários) refletia os dilemas do debate sobre o feminismo que se processava em escala internacional.

¹² Relatório do 1º Encontro Nacional do PT Sobre o Movimento de Mulheres. Dossiê Mulheres, Subgrupo Encontros Nacionais e Setoriais. Arquivo Histórico do Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo – Centro Sérgio Buarque de Holanda.

¹³ Relatório do 1º Encontro Nacional do PT Sobre o Movimento de Mulheres. Dossiê Mulheres, Subgrupo Encontros Nacionais e Setoriais, *op. cit.*, p. 2.

¹⁴ Relatório do Encontro Estadual de Mulheres de Alagoas. Dossiê Mulheres, Subgrupo Encontros Nacionais e Setoriais. Arquivo Histórico do Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo – Centro Sérgio Buarque de Holanda.

¹⁵ Apesar de contar com uma estrutura definida estatutariamente, o PT também buscava a sua melhor forma de organização. É provável que nessa fase inicial o partido tenha absorvido, sem grandes obstáculos, diferentes iniciativas organizativas. Estatutariamente, a organização das mulheres foi considerada parte dos movimentos so-

ciais, integrada à Secretaria Nacional de Movimentos Populares. No final da década de 1990, depois de passar por um período de Subsecretaria Nacional de Mulheres do PT, se aprovou a criação de uma Secretaria Nacional de Mulheres do PT.

¹⁶ A Constituição de 1988 consagrou os seguintes direitos das mulheres: ampliação da licença-maternidade, a criação da licença-paternidade, a afirmação de direitos aos trabalhadores domésticos, a concessão de título de posse de terra em iguais condições às mulheres, a equiparação de direitos e deveres entre homens e mulheres no casamento, a afirmação do direito ao planejamento familiar como livre decisão do casal.

¹⁷ Em 1996, quando a Câmara dos Deputados votou a Proposta de Emenda Constitucional nº 25/96 que introduzia na Constituição a inviolabilidade do direito à vida desde a sua concepção, a bancada do PT se dividiu sobre o assunto. A Secretaria Nacional de Mulheres, por sua vez, intensificou uma campanha em defesa do aborto nos termos da resolução do 9º Encontro Nacional do Partido e passou a exigir uma reunião com o presidente do partido (deputado José Dirceu) e com o Diretório Nacional para garantir a posição do partido sobre essa questão.

¹⁸ Manuscrito anônimo do 2º Encontro Nacional. Arquivo Histórico do Partido dos Trabalhadores. Dossiê Mulheres, Subgrupo Encontros Nacionais e Setoriais. Fundação Perseu Abramo – Centro Sérgio Buarque de Holanda.

¹⁹ Relatório do Encontro Estadual de Mulheres do PT de Alagoas. Dossiê Mulheres, Subgrupo Encontros Nacionais e Setoriais. Arquivo Histórico do Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo – Centro Sérgio Buarque de Holanda.

²⁰ Não se pode entender o processo de construção de identidade feminina no interior do partido de forma unívoca e homogênea. Os encontros e fóruns de petistas foram marcados por divergências e poucas questões obtiveram consenso imediato. Além disso, as lideranças petistas que atuavam em agrupamentos políticos (tendências internas do partido) carregavam posicionamentos diferenciados, mas, em nenhum momento, os conflitos vividos nos espaços de mulheres colocaram em suspenso a importância de uma ação unitária.

²¹ A proposta de participação nos Conselhos da Condição da Mulher foi apresentada pelas petistas do Pará, Paraná e Rio de Janeiro. Apesar de ter sido rejeitada, não impediu o crescente envolvimento das mulheres petistas nos espaços de políticas públicas implementadas por governos não petistas. Esse tema ocupou sistematicamente a pauta dos encontros e dos fóruns das petistas até se tornar consenso.

²² Relatório do 2º Encontro Nacional de Militantes Petistas do Movimento de Mulheres. Dossiê Mulheres, Subgrupo Encontros Nacionais e Setoriais. Arquivo Histórico do Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo – Centro Sérgio Buarque de Holanda.

²³ No documento intitulado “A mulher trabalhadora rural”, apresentado como subsídio para o 2º Encontro Nacional de Militantes Petistas do Movimento de Mulheres, encontramos um relato da organização das mulheres trabalhadoras rurais e as suas principais reivindicações. Esse documento foi escrito pelas delegadas de Santa Cata-

rina. Dossiê Mulheres, Subgrupo Encontros Nacionais e Setoriais. Arquivo Histórico do Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo – Centro Sérgio Buarque de Holanda.

²⁴ Durante a década de 1980 a militância das mulheres rurais na região Sul se deu basicamente por dentro do novo sindicalismo e do PT. Em 1989, para demarcar a sua independência, decidem fundar um movimento autônomo chamado de Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Em 2004 esse movimento passa a se chamar Movimento das Mulheres Camponesas. Apesar dos vínculos com o movimento sindical e os partidos políticos de esquerda, esse movimento se organiza autonomamente. Para maiores informações, ver PALUDO, Conceição (Org.), *Mulheres: Resistência e luta em defesa da vida*. São Leopoldo: Cebi, 2009.

²⁵ Essa questão não se restringe aos espaços de mulheres petistas. Sônia E. Alvarez, ao estudar os encontros de feministas latino-americanas e caribenhas, menciona que esses fóruns tiveram grandes dificuldades para tratar as “diferenças dentro das diferenças”. ALVAREZ, Sônia E., “Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, n. 2, 2003.

²⁶ *Cartilha: Alerta Feminista para as Eleições Municipais de 1988*. Fórum Feminista do Rio de Janeiro, p. 1. Arquivo Histórico do Partido dos Trabalhadores. Dossiê Mulheres, Subgrupo Encontros Nacionais e Setoriais. Fundação Perseu Abramo – Centro Sérgio Buarque de Holanda.

²⁷ O 3º Encontro se realizou em Belo Horizonte nos dias 16, 17 e 18 de agosto de 1991, e contou com 111 participantes. Dossiê Mulheres, Subgrupo Encontros Nacionais e Setoriais. Relatório do 3º Encontro de Mulheres do PT. Arquivo Histórico do Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo – Centro Sérgio Buarque de Holanda.

²⁸ O documento intitulado “O modo petista de governar e as políticas institucionais de combate à discriminação das mulheres” sistematiza o resultado de um seminário nacional promovido pela Subsecretaria de Mulheres do PT com o mesmo título. Esse material foi amplamente utilizado como subsídio para preparar o 3º Encontro Nacional de Militantes Petistas do Movimento de Mulheres. Nesse documento encontra-se uma rápida descrição das iniciativas de políticas públicas desenvolvidas pelas Administrações Populares, entre as quais destacamos: Casa de Apoio à Mulher Beth Lobo (Diadema); Centro de Referência para a questão da violência contra a mulher (Piracicaba); Programa de Assistência Direto e Integral à Mulher (São Paulo). Dossiê Mulheres, Subgrupo Encontros Nacionais e Setoriais. Arquivo Histórico do Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo – Centro Sérgio Buarque de Holanda.

²⁹ Anotações do 3º Encontro de Militantes Petistas do Movimento de Mulheres. Dossiê Mulheres, Subgrupo Encontros Nacionais e Setoriais. Arquivo Histórico do Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo – Centro Sérgio Buarque de Holanda.

³⁰ Relatório do Encontro Estadual de Mulheres do PT – Minas Gerais, p. 2. Dossiê Mulheres, Subgrupo Encontros Nacionais e Setoriais. Arquivo Histórico do Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo – Centro Sérgio Buarque de Holanda.

³¹ Para maior compreensão das reformulações que o PT realizou em seu programa, sugiro a leitura das Resoluções do I Congresso do PT. Reproduzo apenas uma breve citação que traduz a relação entre socialismo e democracia. “Para o PT, socialismo é sinônimo de radicalização da democracia. Isso quer dizer que a concepção de socialismo do PT é substancialmente distinta de tudo que, enquanto concepção, vimos concretizado em todos os países do chamado socialismo real. Mais do que a mera afirmação retórica de uma ideia, esse compromisso democrático pretende concretizar-se em todas as dimensões do PT: no seu modo de ser e de organizar-se, nos valores que assume perante a sociedade, no seu relacionamento com os movimentos sociais e com a sociedade civil [...]. Afinal, democracia, para nós, é simultaneamente meio e fim.” Partido dos Trabalhadores, *Resoluções de Encontros e Congressos – 1979 – 1998*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 499.

³² “Garantir uma presença mínima de mulheres nos organismos de direção, entretanto, é condição essencial para que o partido reverta, na sua prática e vida cotidiana, a exclusão das mulheres da atuação política e da vida pública. Nesse sentido, na composição dos Conselhos Deliberativos e das Comissões Dirigentes de nível municipal, estadual e nacional do partido, respeitando-se a proporcionalidade, será garantida uma presença mínima de 30% de mulheres, como um passo necessário à construção da democracia de gênero no PT”. Partido dos Trabalhadores, *Resoluções de Encontros e Congressos – 1979 – 1998, op. cit.*, p. 532.

³³ *Folha de S. Paulo*, 11/11/1991, p. A-8.

³⁴ Partido dos Trabalhadores, *Resoluções de Encontros e Congressos – 1979 – 1998, op. cit.*, p. 479-542.

³⁵ Relatório 4º Encontro Nacional de Mulheres do PT. Dossiê Mulheres, Subgrupo Encontros Nacionais e Setoriais. Arquivo Histórico do Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo – Centro Sérgio Buarque de Holanda.

³⁶ SOARES, Vera, “Maturidade ao poder”. *Revista Teoria e Debate*, São Paulo: Diretório Regional PT/SP, n. 6, abril/maio/junho 1989.

³⁷ As últimas análises de Helena Hirata caminham nessa direção. Para maiores detalhes, consultar sua mais recente publicação: MARUANI, Margareth; HIRATA, Helena Sumiko, *As novas fronteiras da desigualdade*. São Paulo: Senac, 2003.

³⁸ Relatório do seminário “O modo petista de governar e as políticas institucionais de combate à discriminação das mulheres”, p. 34. Dossiê Mulheres, Subgrupo Encontros Nacionais e Setoriais. Arquivo Histórico do Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo – Centro Sérgio Buarque de Holanda.

³⁹ O 4º Encontro Nacional de Mulheres do PT se realizou no Rio de Janeiro, nos dias 28, 29 e 30 de maio, e contou com 86 participantes oriundas de 13 estados. Relatório do 4º Encontro Nacional de Mulheres do PT. Dossiê Mulheres, Subgrupo Encontros Nacionais e Setoriais. Arquivo Histórico do Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo – Centro Sérgio Buarque de Holanda.

⁴⁰ O 5º Encontro Nacional de Mulheres do PT se realizou em Belo Horizonte, nos dias 1º e 2 de julho, e contou com 71 participantes. Relatório do 5º Encontro Nacional de Mulheres do PT. Dossiê Mulheres, Subgrupo Encontros Nacionais e Setoriais. Arquivo Histórico do Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo – Centro Sérgio Buarque de Holanda.

⁴¹ *PT Informa Mulheres* – Publicação Conjunta da Subsecretaria Nacional de Mulheres do PT e da Comissão Estadual do PT de São Paulo, n. 11, setembro de 1999. Dossiê Mulheres, Subgrupo Encontros Nacionais e Setoriais. Arquivo Histórico do Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo – Centro Sérgio Buarque de Holanda.

⁴² O 6º Encontro Nacional de Mulheres do PT se realizou em Belo Horizonte, nos dias 20, 21 e 22 de junho, e contou com 83 participantes oriundas de 15 estados. Relatório do 6º Encontro de Mulheres do PT. Dossiê Mulheres, Subgrupo Encontros Nacionais e Setoriais. Arquivo Histórico do Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo – Centro Sérgio Buarque de Holanda.

⁴³ *Boletim da Secretaria Nacional*, n. 14, março de 1997. Dossiê Mulheres, Subgrupo Encontros Nacionais e Setoriais. Arquivo Histórico do Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo – Centro Sérgio Buarque de Holanda.

⁴⁴ O Encontro de Solidariedade Entre as Mulheres realizado de 13 a 16 de abril de 1998, em Havana, contou com 2.946 participantes de 79 países. O Brasil participou com a maior delegação (518 mulheres). *PT Informa Mulheres* – Publicação conjunta da Subsecretaria Nacional de Mulheres do PT e da Comissão Estadual do PT de São Paulo, n. 11, outubro de 1998. Dossiê Mulheres, Subgrupo Encontros Nacionais e Setoriais. Arquivo Histórico do Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo – Centro Sérgio Buarque de Holanda.

⁴⁵ *PT Informa Mulheres* – Publicação conjunta da Subsecretaria Nacional de Mulheres do PT e a Comissão Estadual do PT de São Paulo, n. 9, agosto de 1997. Dossiê Mulheres, Subgrupo Encontros Nacionais e Setoriais. Arquivo Histórico do Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo – Centro Sérgio Buarque de Holanda.